



ENTRE SABERES E CUIDADO: A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA EM UM AMBULATÓRIO LGBTI+ E A INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE

Ana Clara Gomes Pereira³¹

Emille de Oliveira Silveira³²

Francisco Rafael Ribeiro Soares³³

Júlia Lenuzia Aires Sena³⁴

Pedro Eduardo do Nascimento Fonseca³⁵

RESUMO

A extensão universitária revela-se poderoso catalisador de formação crítica ao subverter a lógica verticalizada do ensino e aproximar teoria e prática em cenários reais de cuidado. Este estudo descritivo, apresentado como relato de experiência, narra a atuação de estudantes de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) no Ambulatório LGBTI+, componente do Projeto de Extensão Centro de Cuidado e Formação Interprofissional em Saúde da População LGBTI+. Durante o período analisado, os extensionistas organizaram rodas de conversa mediadas por técnicas de acolhimento, transformando a sala em espaço sensorialmente seguro - tatames, iluminação suave e música ambiente, onde usuários puderam compartilhar vivências de invisibilidade e violência. Também integraram a Jornada Potiguar da Visibilidade Trans, ofertando Práticas Integrativas e Complementares em Saúde que ampliaram a percepção de cuidado integral e reforçaram o protagonismo

31 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
claragomes@alu.uern.br.

32 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
emilleoliveira@alu.uern.br

33 Professor da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde na Universidade Estadual do Ceará.
rafaelsoares@uern.br

34 Graduanda em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.
juliasena@alu.uern.br

35 Graduando em Enfermagem na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

das pessoas trans. Essas atividades permitiram aos discentes desenvolver competências clínicas, comunicacionais e culturais, além de consolidar valores de equidade e respeito à diversidade, pilares do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao compreender barreiras de acesso e necessidades específicas da população LGBTI+, os futuros enfermeiros internalizam uma postura profissional sensível e socialmente comprometida. Assim, o ambulatório deixa de ser apenas campo de prática: converte-se em laboratório vivo de cidadania, onde ciência, empatia e direitos humanos se entrelaçam na construção de um modelo de saúde verdadeiramente inclusivo.

Palavras-chave: Saúde das Minorias; Enfermagem; Relações Comunidade-Instituição.

BETWEEN KNOWLEDGE AND CARE: THE EXTENSION EXPERIENCE IN AN LGBTI+ OUTPATIENT CLINIC AND THE INTEGRATION OF TEACHING-SERVICE-COMMUNITY

ABSTRACT

University extension emerges as a powerful catalyst for critical training by subverting the traditional top-down logic of teaching and bringing theory and practice together in real-world care settings. This descriptive study, presented as an experience report, documents the work of Nursing students from the State University of Rio Grande do Norte (UERN) in the LGBTI+ Outpatient Clinic, a component of the extension project Center for Interprofessional Care and Training in LGBTI+ Health. During the period analyzed, the extensionists conducted discussion circles mediated by welcoming techniques, converting the room into a sensory safe space, tatami mats, soft lighting and background music, where users shared experiences of invisibility and violence. They also took part in the Jornada Potiguar da Visibilidade Trans, providing Integrative and Complementary Health Practices that broadened perceptions of comprehensive care and strengthened the agency of trans people. These activities enabled students to develop clinical, communicative and cultural competencies while reinforcing values of equity and respect for diversity, pillars of Brazil's Unified Health System (SUS). By understanding access barriers and the specific health needs of the LGBTI+ community, future nurses internalize a professionally sensitive and socially committed stance. Consequently, the clinic becomes more than a training site: it turns into a living laboratory of citizenship, where science, empathy and human rights converge to build a truly inclusive health model.

Keywords: Minority Health; Nursing; Community-Institution Relations.

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento da saúde como direito social fundamental, inscrito no artigo 196 da Constituição Federal de 1988, representa marco civilizatório na história sanitária brasileira. Ao consagrar que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, o texto constitucional institui obrigação inalienável de formular políticas públicas capazes de enfrentar o adoecimento e seus determinantes, garantir acesso universal e equânime a ações e serviços, bem como promover, proteger, recuperar e reabilitar a vida em toda a sua complexidade (Brasil, 1988). Importa destacar que tal prerrogativa se articula ao princípio da dignidade da pessoa humana, impondo ao poder público a responsabilidade de criar condições materiais que concretizem uma cidadania substantiva, para além do mero enunciado jurídico.

Nesse horizonte, a Lei n.º 8.080/1990, “Lei Orgânica da Saúde”, institui o arcabouço jurídico-administrativo do Sistema Único de Saúde. Amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, a legislação delineia diretrizes para promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como normas de gestão e funcionamento da rede assistencial. O SUS nasce, portanto, como projeto ético-político que busca redistribuir recursos, enfrentar desigualdades históricas e garantir que cada pessoa receba atenção segundo suas necessidades singulares, independentemente de raça, classe, gênero, identidade ou orientação sexual (Brasil, 1990).

Todavia, a despeito dos avanços normativos, grande parte dos serviços de saúde permanece ancorada em paradigma binário, biologicista e cis-heteronormativo. Tal modelagem institucional inviabiliza o reconhecimento de corpos, expressões e vivências que escapam ao padrão hegemônico, marginalizando a população LGBTI+ e restringindo seu pleno direito à saúde. Pesquisas revelam que gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo enfrentam barreiras multifacetadas: desde o despreparo de profissionais para uso do nome social, passando pela estigmatização de suas demandas de saúde sexual e reprodutiva, até a recusa explícita de atendimento (Santos, 2024). Como consequência, muitos optam por serviços privados ou práticas informais, perpetuando ciclos de vulnerabilidade, adoecimento e exclusão.

O I Seminário Nacional de Saúde LGBT evidenciou lacuna formativa de trabalhadores da rede SUS no tocante às especificidades dessa população, convertendo-se em grande obstáculo ao acesso qualificado. A ausência de conteúdos sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos ainda sustenta estigmas que colidem com os princípios de universalidade, integralidade e equidade (Paranhos, 2021).

Em resposta a essas demandas, a Política Nacional de Saúde Integral

para Lésbicas, Gays, Bissesuxais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, reafirma o compromisso com os princípios do SUS consolidando-se como instrumento de redução das fragilidades sociais que transpõe essa população. A política surge objetivando a organização de ações e práticas nos serviços de saúde, vislumbrando atendimento e acolhimento de maneira humanizada, se atentando às necessidades específicas do público (Tesser Junior, 2024).

Destaca-se, ainda, o Processo Transexualizador no SUS, instituído pela Portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008, que dispõe da oferta de ações assistenciais voltadas à realização de procedimentos corporais e acompanhamento psicológico no processo de transição. É válido ressaltar que o programa prioriza o atendimento pautado no respeito ao nome social, bem como o acesso a uma assistência integral e de qualidade, pautada no respeito às diversas identidades (Boldrin, 2025).

Ainda, é válido ressaltar o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pela Lei nº 10.172 em 9 de janeiro de 2001, na qual estabelece as diretrizes, metas e estratégias para a construção da educação do Brasil. Essa norma traduz o comprometimento no desenvolvimento de políticas públicas educacionais com foco na integralidade, equidade e na formação crítica e humanizada (Brasil, 2001). Outro marco voltado para as formações dos profissionais é o Programa Brasil sem Homofobia de 2004, que reforça a necessidade de formação e capacitação dos profissionais para o atendimento igualitário e base para formação, capacitação e sensibilização de profissionais da saúde no atendimento de pessoas LGBTI+ (Brasil, 2004).

Apesar da inclusão das minorias, como a população LGBTI+ nas DCN, ainda é evidente a necessidade da sua efetiva aplicação nos componentes curriculares. Urge que os cursos de graduação ampliem o conteúdo transversal sobre diversidade sexual e de gênero. Outro ponto essencial é o aumento do quantitativo de docentes da área da saúde que sejam capacitados para entender as necessidades de pessoas LGBTI+. Nesse cenário, destacam-se as iniciativas da integração ensino-serviço e a participação nos conselhos e conferências de saúde no SUS, afinal, os debates acerca da diversidade se agregam às pautas contemporâneas possibilitando oportunidades de qualificação nessa área (Leiria, 2024).

Nesse cenário surge o Centro de Cuidados e Formação Interprofissional em Saúde da População LGBTI+” denominado Ambulatório Faen LGBTI+ da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), vinculado à Faculdade de Enfermagem (Faen). O projeto destaca-se como iniciativa pioneira. Trata-se do primeiro serviço especializado no atendimento à população LGBTI+ no estado do Rio Grande do Norte, o primeiro na cidade de Mossoró e um dos primeiros do tipo na região Nordeste.

Além da sua relevância para o fortalecimento das práticas de cuidado voltadas à população LGBTI+, a experiência na extensão proporciona oportunidade de vivência prática reflexiva dos graduandos em Enfermagem sobre o cuidado a populações vulnerabilizadas, promovendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e humanizadas no atendimento a populações historicamente vulnerabilizadas, proporcionando um ambiente repleto de aprendizado e experiências transformadoras.

Desse modo, a extensão universitária configura-se como potente instrumento de formação crítica ao romper com a lógica verticalizada e tradicional do ensino, conceituada por Paulo Freire como educação bancária, no qual o discente é visto como componente passivo no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a experiência extensionista no Centro de Cuidados e Formação Interprofissional em Saúde da População LGBTI+ insere o estudante em contato com realidades sociais complexas estimulando a construção coletiva do conhecimento e o exercício da escuta ativa, fortalecendo a formação profissional mais sensível, reflexiva e qualificada para atuar com equidade e respeito à diversidade.

Ao enfrentar as barreiras que historicamente excluem pessoas LGBTI+ do acesso pleno ao cuidado, o Ambulatório Faen LGBTI+ materializa, em âmbito local, as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 5. Ao garantir atendimento humanizado, integrado e gratuito, o serviço aproxima o Brasil da Meta 3.8 do ODS 3, que preconiza cobertura universal de saúde e acesso equitativo a serviços essenciais, inclusive de saúde sexual e reprodutiva (Meta 3.7). Simultaneamente, ao desconstruir a lógica cis-heteronormativa nos currículos de Enfermagem e formar profissionais capazes de respeitar identidades de gênero e orientações sexuais diversas, a iniciativa contribui para eliminar discriminações (Meta 5.1) e assegurar direitos sexuais e reprodutivos para todas as pessoas (Meta 5.6) no âmbito do ODS 5. Dessa forma, a experiência extensionista demonstra que fortalecer políticas públicas de saúde inclusivas e promover educação crítica e sensível às desigualdades são ações indissociáveis para avançar, de modo sinérgico, na construção de sociedades mais saudáveis, justas e igualitárias.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa, de natureza reflexiva e descritiva, concebido para evidenciar a potência transformadora da extensão universitária quando articulada a processos indissociáveis de ensino, pesquisa e serviço.

Seu objetivo principal é relatar a experiência vivenciada por estudantes extensionistas do curso de Enfermagem da Uern durante sua atuação no Ambulatório LGBTI+, dentro do Pprojeto de Extensão Centro de Cuidado e Formação Interprofissional em Saúde da População LGBTI+, à luz da articulação ensino-serviço-comunidade e da integração ensino-pesquisa-extensão. Dessa forma, o presente artigo visa relatar a vivência dos extensionistas no acolhimento e assistência no campo.

As ações descritas ultrapassam a lógica assistencial tradicional: incluem desde o acolhimento inicial e a escuta qualificada de usuários historicamente invisibilizados até a participação em oficinas, grupos terapêuticos e eventos de saúde comunitária que ampliam a visão sobre determinantes sociais do adoecimento.

Esse entrelaçamento ensino-serviço-comunidade permite aos extensionistas experienciar, na prática, os princípios do Sistema Único de Saúde, articulando teoria e práxis sob uma perspectiva interprofissional capaz de tensionar preconceitos e redesenhar modos de cuidar. Assim, o presente relato não apenas documenta uma vivência singular, mas também propõe-se a inspirar novas experiências de formação crítica, demonstrando que a universidade pública, quando abre suas portas para a pluralidade de corpos e vozes, ilumina caminhos de cidadania, justiça social e transformação ética no campo da saúde.

As ações extensionistas descritas neste estudo foram concebidas para conjugar cuidado em saúde, acolhimento à população LGBTI+ e integração efetiva entre ensino, serviço e comunidade, pilares que sustentam a missão pública da Universidade.

Entre 2024 e 2025, tais atividades ocorreram predominantemente das 17h às 21h, faixa em que o Ambulatório LGBTI+ opera dentro da Faculdade de Enfermagem (Faen/Uern), mas se estenderam para outros turnos sempre que a equipe participou de eventos externos.

Do ponto de vista formativo, o programa configurou um laboratório vivo de competências técnicas, éticas e socioculturais para os estudantes extensionistas. Sob supervisão docente, eles se engajaram no planejamento, na organização e na execução de rodas de conversa, espaços de cuidado coletivo em saúde, ações de aconselhamento em saúde sexual e reprodutiva etc. Essas práticas foram complementadas por atendimentos multiprofissionais - Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia e Medicina - que asseguraram abordagem integral às demandas apresentadas pelos usuários.

Figura 1: Ambiência do espaço coletivo de atendimento do Ambulatório LGBTI+



Fonte: Acervo pessoal do autor

Nessa lógica, partindo do princípio que a extensão universitária deve ser alicerçada na tríade ensino, serviço e comunidade, as ações desenvolvidas foram produzidas a partir da articulação desses pilares acarretando qualificação técnica, respeito à diversidade e desenvolvimento de habilidades sensíveis às necessidades de saúde específicas dessa população. Além disso, as atividades são organizadas de maneira a beneficiar as vivências práticas em um cenário real de atuação interdisciplinar e multiprofissional de cuidados em saúde à população LGBTI+ possibilitando a imersão nas diversas identidades que permeiam esse público, como também a possibilidade de construção de saberes de forma alinhada aos princípios que regem o Sistema Único de Saúde.

Os extensionistas assumem múltiplas responsabilidades no âmbito do projeto, uma delas sendo a condução do espaço coletivo, momento realizado na sala multiuso da faculdade. Trata-se de um momento voltado para discussão e debate de temáticas relevantes para a população LGBTI+, promovendo escuta ativa e a possibilidade de partilhar suas vivências e experiência de vida. Além disso, possibilita o fortalecimento de vínculos comunitários, o espaço se configura como um momento de acolhimento e construção coletiva de conhecimento. Cada momento possui uma temática, previamente divulgada no perfil oficial do ambulatório, sendo o tema condutor das reflexões.

A depender da temática do espaço coletivo é feito uma ambiência na sala multiuso para proporcionar maior conforto e acolhimento dos

participantes. Para ambiência luminosa, utilizou-se de papel crepom colorido nas lâmpadas para proporcionar uma tonalidade suave e aconchegante. Por fim, também se usou música ambiente com sons relaxantes, favorecendo o clima acolhedor e bem estar coletivo.

Além da condução do momento coletivo, os extensionistas também são responsáveis pela realização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) nos pacientes, em conjunto com os atendimentos. Ofertam-se aos usuários protocolos terapêuticos como ventosaterapia, massoterapia e auriculoterapia, selecionado para as necessidades dos indivíduos, de acordo com a escuta das principais queixas. Em ocasiões especiais, como eventos temáticos, também são desenvolvidas práticas de escalpa pés e massagem, proporcionando acolhimento, alívio de tensões e fortalecimento do vínculo com o paciente.

Os atendimentos de enfermagem realizados no ambulatório são fundamentados no Processo de Enfermagem, conforme estabelecido pela Resolução Cofen nº 736/2024. O processo de atendimento de Enfermagem é composto por cinco etapas dependentes entre si, sendo elas: avaliação, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação e evolução. A consulta de enfermagem segue estas etapas de forma sistemática e é registrada no prontuário físico do paciente. Além disso, o enfermeiro responsável pela consulta realiza o diagnóstico e a prescrição de enfermagem de forma individualizada, considerando as necessidades específicas de cada caso.

Figura 2: Kit de ventosaterapia usada nos atendimentos



Fonte: Acervo pessoal do autor

Tais atendimentos permitem uma aproximação com o paciente, proporcionando desenvolvimento da escuta qualificada quanto às suas queixas e aflições que levam à procura pelo serviço. Os benefícios desses atendimentos são mútuos, visto que possibilita relaxamento e melhora das queixas físicas e emocionais do paciente, bem como para o estudante que tem a oportunidade de conduzir o atendimento de forma autônoma, desenvolvendo habilidades como raciocínio clínico e compreensão das necessidades específicas que permeiam à população LGBTI+.

Os extensionistas também estiveram na Jornada Potiguar da Visibilidade Trans realizada no Hospital Regional da Mulher Parteira Maria Correia (HRMPMC), ocasião em que desenvolvemos práticas relacionadas às PICS. A prática teve objetivo de promover o cuidado e acolhimento, valorizando as falas feitas durante o atendimento, com foco na valorização das narrativas compartilhadas pelos indivíduos. Trata-se de um momento marcado pela atenção humanizada e cuidado para aqueles que são historicamente invisibilizados e vulnerabilizados nos serviços de saúde.

Figura 3: Extensionistas presente na Jornada Potiguar da Visibilidade Trans



Fonte: Acervo pessoal do autor

Dessa forma, a participação dos discentes de Enfermagem no Centro de Cuidados e Formação Interprofissional em Saúde da População LGBTI+ proporcionou aos envolvidos o desenvolvimento de múltiplas competências, além de possibilitar o contato direto com as barreiras enfrentadas por pessoas LGBTI+, bem como o entendimento de suas demandas e necessidades de saúde específicas. Tal projeto exalta a relevância da saúde LGBT+ como componente essencial na DNC para formação de futuros profissionais enfermeiros, fortalecendo o compromisso ético, político e técnico com os princípios que regem o SUS.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada revela-se uma engrenagem formativa de alto impacto, capaz de articular dimensões acadêmicas, profissionais e sociais num mesmo processo de aprendizagem. Ao inserir o estudante em um ambiente de cuidado voltado à população LGBTI+, o Ambulatório possibilita o desenvolvimento de saberes técnico-científicos ao mesmo tempo que instiga competências relacionais sofisticadas, como escuta qualificada, uso consistente do nome social, acolhimento de demandas plurais e atenção às singularidades corporais e existenciais de cada usuário. A exposição cotidiana a narrativas de preconceito, exclusão e vulnerabilidade social desperta uma compreensão mais densa dos determinantes sociais da saúde e aguça habilidades como empatia, comunicação não violenta, postura ética e profissionalismo crítico-reflexivo.

Para além do aperfeiçoamento individual, a atuação extensionista consolida o elo entre Universidade e comunidade LGBTI+, reafirmando o compromisso social da instituição pública. A participação ativa dos discentes em práticas de promoção, prevenção e assistência - complementadas por projetos de iniciação científica, apresentações em congressos e publicações acadêmicas - transforma o ambulatório em espaço gerador de conhecimento aplicado, onde teoria e prática se retroalimentam. Por essa via, ensino, pesquisa e extensão deixam de ser esferas estanques e passam a constituir uma tríade indissociável capaz de produzir inovação, protagonismo estudantil e impacto social tangível.

Não se ignoram, contudo, os desafios iniciais: a ausência de conteúdos estruturados sobre saúde LGBTI+ nos currículos, a insegurança diante de realidades múltiplas e a necessidade de desconstruir preconceitos internalizados. Esses obstáculos, entretanto, convertem-se em motores de transformação quando enfrentados por meio de convivência dialógica, estudo orientado e supervisão qualificada, pavimentando um percurso formativo que amplia horizontes pessoais e profissionais.

Nesse sentido, o Ambulatório LGBTI+ emerge como território

privilegiado de aprendizado horizontal, emancipador e afetivo, expandindo o repertório técnico, político e humano dos futuros profissionais de saúde e preparando-os para práticas sensíveis à diversidade. Recomenda-se, portanto, que iniciativas semelhantes sejam ampliadas, sistematizadas e institucionalizadas nas universidades públicas, de modo a materializar, no cotidiano formativo, os princípios fundantes do Sistema Único de Saúde - universalidade, integralidade, equidade e humanização.

Em síntese, a extensão universitária exemplificada por essa experiência constitui estratégia educativa transformadora, imprescindível para formar trabalhadores comprometidos com a justiça social, a ética do cuidado e as demandas contemporâneas do SUS e da sociedade brasileira. Dessa forma, a articulação ensino-serviço-comunidade transcende o impacto local: demonstra que universidades públicas, quando alinhadas aos princípios do SUS, se tornam aceleradoras de saúde de qualidade, igualdade de gênero e justiça social - pilares indispensáveis para a Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BOLDRIN, V. DA C. et al. Avanços e desafios no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. e10912023, jan. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Senado Federal**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 7, p. 1-20, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução nº 736, de 17 de janeiro de 2024**. Implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jan. 2024. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024_117667.html. Acesso em: 2 ago. 2025

LEIRIA, Maikon; FLORES, Julian Matheus; TESSER JUNIOR, Zeno Carlos; OLIVEIRA, Daniel Canavese de; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. As pessoas LGBTI+ nas DCN dos cursos de saúde no Brasil, 2001-2023. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, DF, v. 48, n. 3, e077, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v48.3-2023-0314>. Acesso em: 9 maio 2025.

PARANHOS, W. R.; WILLERDING, I. A. V.; LAPOLLI, É. M. Formação dos profissionais de saúde para o atendimento de LGBTQI+. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200684, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200684>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SANTOS, Jaciane Ferreira dos et al. Acesso da população LGBT aos serviços de Atenção Primária à Saúde em uma cidade do interior baiano. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34094, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434094pt>. Acesso em: 26 abr. 2025.

TESSER JUNIOR, Z. C. et al. A invisibilidade das pessoas LGBT no acesso à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 22, p. e2743254, 2024.